

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.686 - RJ (2014/0289720-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : BANCO BRADESCO S/A  
**RECORRENTE** : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - RJ002605A  
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - RJ002557A  
FREDERICO GUILHERME FONSECA TORRES DE OLIVEIRA E  
OUTRO(S) - RJ107167  
**RECORRIDO** : PROCON CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ  
**PROCURADOR** : MARCOS DA COSTA MORALES E OUTRO(S) - RJ091413  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES - RJ147339  
SANDRA DE SOUSA PADILHA CEBOLA E OUTRO(S) - RJ166289  
**AGRAVANTE** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : PAULA DE FIGUEIREDO SOUTO E OUTRO(S) - RJ093167  
LUIZ ALBERTO MIRANDA GARCIA DE SOUSA - RJ085290  
**AGRAVANTE** : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO  
**ADVOGADOS** : LEONARDO LINS MORATO E OUTRO(S) - SP163840  
ADRIANA MARIA CRUZ DIAS DE OLIVEIRA - SP236521  
**AGRAVADO** : PROCON CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ  
**PROCURADOR** : MARCOS DA COSTA MORALES E OUTRO(S) - RJ091413  
**INTERES.** : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
**INTERES.** : BANCO ABN AMRO REAL S.A

## EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 1. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF. 2. LEGITIMIDADE ATIVA DO PROCON. EXISTÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. 3. TAXA DE RENOVAÇÃO DE CADASTRO. ILEGALIDADE A PARTIR DA EDIÇÃO DA CIRCULAR N. 3.466/2009 DO BACEN. PRECEDENTE. 4. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. NECESSIDADE. ART. 16 DA LACP. 5. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA SIMETRIA. AFASTAMENTO. 6. RECURSO ESPECIAL DE BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO EM PARTE.

## DECISÃO

Procon Campos dos Goytacazes/RJ ajuizou ação civil pública em desfavor de

# *Superior Tribunal de Justiça*

Banco Bradesco S.A. e outros postulando a condenação dos réus à obrigação de fazer consistente não abstenção de cobrança da chamada "tarifa de renovação de cadastro".

O Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido para determinar que as instituições financeiras se abstenham de proceder à cobrança da aludida tarifa, sob pena de multa de R\$ 30,00 (trinta reais) por cobrança indevida.

Interpostas apelações pelos réus, a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou-lhes provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 1.321-1.347):

Apelação cível. Ação civil pública. Tarifa de renovação de cadastro. Direito do consumidor. Competência da Justiça Estadual. Direitos e interesses individuais homogêneos. Legitimidade do Procon para figurar no polo ativo da presente demanda. Pedido juridicamente possível. Via adequada para o resultado almejado. Preliminares rejeitadas. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sujeito ao art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento, dentre outras tarifas, que é válida a tarifa de cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, podendo ser cobrada apenas no início do relacionamento com o consumidor e a instituição financeira. Tarifa de renovação de cadastro que não foi objeto da decisão. Cobrança que possui como fato gerador a atualização dos dados cadastrais dos clientes bancários. Ônus da própria instituição financeira. Risco do empreendimento. Inexistência de contraprestação. Abusividade. Os efeitos da sentença devem operar em todo território nacional, uma vez que estamos diante de uma ação coletiva de direito individual homogêneo protegido pelo Diploma Consumerista. Sentença mantida. Negado provimento aos apelos.

Opostos embargos de declaração, somente os aclaratórios opostos por Banco Bradesco S.A. e Banco Mercantil do Brasil S.A. foram acolhidos, a fim de sanar a omissão referente aos honorários sucumbenciais.

Inconformados, Banco Bradesco S.A. e Banco Mercantil do Brasil S.A. interpõem recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts. 3º, 47, parágrafo único, 113, 125, I, 264 e 267, VI, do CPC/1973; 43, 51, IV e XV, 81 e 82 do CDC; 5º, 16 e 18 da LACP; 4º, III e IX, 9º e 10, VIII, da Lei n. 4.595/1964; e 9º e 10 da Lei n. 9.613/1998 (e-STJ, fls. 1.441-1.475).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sustentam, em síntese, a incompetência absoluta da Justiça estadual e a ilegitimidade do ora recorrido para figurar no polo ativo da ação civil pública. Alegam, ainda, a impossibilidade jurídica do pedido, pois não cabe ao Poder Judiciário invadir a esfera de atribuições do CMN e do Bacen.

Asseveram, também, a legalidade da cobrança da tarifa de renovação de cadastro até a edição da Circular n. 3.466/2009 do Bacen. Pugnam, ademais, pela limitação territorial da sentença coletiva ao âmbito de competência do Juízo que proferiu a sentença e pela exclusão da condenação dos réus ao pagamento dos honorários sucumbenciais.

Sem contrarrazões.

Brevemente relatado, decido.

No tocante à competência da Justiça estadual, nota-se que o acórdão recorrido afastou a nulidade ao argumento de que a causa de pedir se refere à suposta abusividade da cobrança de tarifa administrativa pelos bancos réus, isto é, a relação jurídica está limitada aos consumidores e às instituições financeiras, não havendo nenhuma repercussão na esfera jurídica do Bacen.

Relativamente à impossibilidade jurídica do pedido, a Corte estadual afastou a preliminar sob o fundamento de que o objeto da demanda não é vedado pelo ordenamento jurídico e de que seria aplicável o princípio da inafastabilidade do controle judicial.

Por sua vez, os recorrentes se limitam a afirmar, de forma superficial, que o Bacen deveria integrar a lide, o que implicaria no deslocamento do processo para a Justiça Federal, e que o pedido seria juridicamente impossível, porquanto o Poder Judiciário estaria invadindo a competência do Bacen e o CMN.

Portanto, os recorrentes não impugnaram, de forma efetiva, os argumentos utilizados pela Corte estadual, sendo que a manutenção de algum argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO

# *Superior Tribunal de Justiça*

ESPECIAL. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DE INTIMAÇÃO, PRESCRIÇÃO DO FEITO EXECUTIVO E IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ÓBICES SUMULARES E INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NÃO CABIMENTO, NESTA SEDE, UMA VEZ QUE AUSENTE O REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO.

1. A ausência de impugnação específica das razões pelas quais o Tribunal a quo deixou de conhecer da matéria atrai o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

[...] 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1443474/CE, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 02/06/2015, DJe 15/06/2015)

Quanto à ilegitimidade ativa, a jurisprudência desta Corte Superior entende que o Procon possui legitimidade para ajuizar ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos dos consumidores, consoante dispõe o art. 82, II, do CDC.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REAJUSTE DE MENSALIDADES DE PLANO DE SAÚDE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO DISTRITO FEDERAL. DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A defesa da coletividade pelo Procon encontra previsão no art. 82, II, do Código Consumerista, razão pela qual é descabida a alegação de ilegitimidade.

2. Em se tratando de direito individual homogêneo, cabível a propositura de ação civil pública contra o reajuste de mensalidades de plano de saúde. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 512.382/DF, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 28/8/2012)

Levando-se em consideração que o acórdão recorrido está em harmonia com o entendimento adotado pelo STJ, torna-se imperiosa a incidência da Súmula 83/STJ no ponto.

No que concerne à legalidade da tarifa de renovação de cadastro, a Terceira Turma do STJ firmou entendimento de ser válida a cobrança da aludida taxa nos contratos celebrados no período de vigência da Circular n. 3.371/2007 do Banco Central do Brasil, isto é, até a edição da Circular n. 3.466/2009 do Bacen.

# Superior Tribunal de Justiça

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATO BANCÁRIO. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA UNIÃO E DO BACEN. NÃO CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. NÃO OCORRÊNCIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ARGUMENTAÇÃO COM VIÉS CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO EM RECURSO ESPECIAL. ILEGITIMIDADE DO MP. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 480 E 481 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. TARIFA DE RENOVAÇÃO DE CADASTRO. COBRANÇA. LEGALIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL.

1. É inviável o conhecimento do recurso especial que deixa de atacar fundamento autônomo e suficiente do acórdão recorrido. Incidência da Súmula n. 283 do STF.
2. A circunstância de o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil terem função fiscalizadora e reguladora das atividades das instituições financeiras não gera interesse jurídico, por si só, nas lides propostas em desfavor delas.
3. O pedido de nulidade de cláusula de contrato de adesão tida por abusiva encontra previsão no ordenamento jurídico.
4. Refoge da competência do STJ em recurso especial a análise de suposta ofensa a artigo da Constituição Federal.
5. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o intuito de discutir a cobrança de tarifas/taxas supostamente abusivas estipuladas em contratos bancários, por se tratar de tutela de interesses individuais homogêneos dos consumidores/usuários do serviço bancário (art. 81, III, da Lei nº 8.078/90) (AgRg no AREsp n. 78.949/SP).
6. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 282 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.
- 7. É válida a cláusula contratual que prevê a cobrança da tarifa de renovação de cadastro (TRC) nos contratos bancários celebrados no período de vigência da Circular n. 3.371/2007 do Banco Central do Brasil.**
8. Recurso especial parcialmente conhecido e provido em parte. (REsp 1303646/RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 10/05/2016, DJe 23/05/2016 - sem grifo no original)

Desse modo, levando-se em consideração que o acórdão recorrido divergiu do entendimento adotado por esta Corte Superior, torna-se imperiosa a sua parcial reforma, a fim de considerar ilegal somente as tarifas de renovação de cadastro cobradas a partir da

# *Superior Tribunal de Justiça*

edição da Circular n. 3.466/2009 do Bacen.

No que tange à limitação territorial dos efeitos da sentença, ressalta-se que a Corte Especial do STJ sedimentou o posicionamento de que, "no julgamento do recurso especial repetitivo (representativo de controvérsia) n.º 1.243.887/PR, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ao analisar a regra prevista no art. 16 da Lei n.º 7.347/85, primeira parte, consignou ser indevido limitar, aprioristicamente, a eficácia de decisões proferidas em ações civis públicas coletivas ao território da competência do órgão julgante" (EREsp n. 1.134.957/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, julgado em 24/10/2016, DJe 30/11/2016).

Contudo, o STF, no julgamento do RE n. 1.101.937/SP, interposto contra o referido acórdão da Corte Especial do STJ, o Min. Alexandre de Moraes, em decisão monocrática, deu provimento ao recurso extraordinário a fim de limitar os efeitos da sentença genérica proferida em ação coletiva ao âmbito de jurisdição do órgão julgador, reforçando, ainda, a constitucionalidade do art. 16 da LACP.

Assim, a despeito da jurisprudência sedimentada por esta Corte Superior, torna-se imperiosa a aplicação do entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, de modo que a sentença proferida nos presentes autos terão seus efeitos limitados ao território de jurisdição do Tribunal de origem.

Por fim, quanto aos ônus sucumbenciais, o STJ adotou o posicionamento de que, em observância ao art. 18 da Lei n. 7.347/1985 e ao princípio da simetria, não se deve condenar a parte ré da ação civil pública ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARÇO DE 1990. PROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E DA UNIÃO FEDERAL. JUROS DE MORA. TAXA APLICÁVEL. CONDENAÇÃO DE NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009.

# *Superior Tribunal de Justiça*

ÍNDICE OFICIAL DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE  
POUPANÇA. APLICAÇÃO IMEDIATA.  
IRRETROATIVIDADE. EFEITOS DO RECURSO. EXTENSÃO  
AO BACEN. CONDENAÇÃO DOS RÉUS AO PAGAMENTO  
DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO.  
JURISPRUDÊNCIA DA CORTE ESPECIAL.

[...] 8. Em razão do princípio da simetria, descabe a condenação da parte requerida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios quando inexistente má-fé, da mesma forma como ocorre com a parte autora, por força do art. 18 da Lei 7.347/85. Precedente da Corte Especial (EAREsp 962.250/SP, DJe de 21/08/2018).

9. Embargos de divergência da União conhecidos e providos, para determinar que, nos cumprimentos individuais da sentença coletiva promovidos em desfavor da União e/ou do BACEN, sejam os juros de mora, a partir de 29/06/2009, calculados segundo o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.

10. Embargos de divergência do Banco do Brasil conhecidos e providos, para afastar a condenação dos réus ao pagamento de honorários advocatícios. (EResp 1319232/DF, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 16/10/2019, DJe 30/10/2019)

Dessa forma, impõe-se a exclusão da condenação dos réus ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial de Banco Bradesco S.A. e Banco Mercantil do Brasil S.A. para, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento a fim de declarar a ilegalidade da taxa de renovação de cadastro cobrada a partir da edição da Circular n. 3.466/2009 do Bacen, limitar os efeitos da decisão judicial ao âmbito de jurisdição do Tribunal de origem e afastar a condenação dos réus ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator